

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2017

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE UMUARAMA E REGIÃO - SEESSU, CNPJ n. 79.868.048/0001-76, neste ato representado (a) por sua Presidente, Sr(a). Maria Luiza Dosso Martins;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPO MOURÃO E REGIÃO, CNPJ n. 80.888.845/0001-02, neste ato representado (a) por sua Presidente, Sr(a). Izaira Ribeiro;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE PARANAÍ E REGIÃO - SINDESP, CNPJ 77.934.966/0001-20, neste ato representado (a) por sua Presidente, Sr (a). Raquel Prestes de Mello;

E

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIA E EMERGENCIA DO NOROESTE DO PARANÁ - CIUENP, CNPJ nº 15.718.459/0001-00, neste ato representado por seu Presidente Sr. Moacir Silva;

Celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

Alto Piquiri, Altônia, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Maria Helena, Mariluz, Moreira Sales, Nova Olímpia, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapejara, Tapira, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Xambrê e Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa, Ubitatã, Alto Paraná, Guairaçá, Paranaíba, São João do Caiuá e Tamboara.

Salários, Reajustes e Pagamento
Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL



Os pisos salariais da categoria foram reajustados em 10,35% (dez vírgula trinta e cinco por cento), com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – IBGE, de modo que a partir de 01 de março de 2016, ficam assim fixados:

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO R\$
Auxiliar Administrativo	40 HORAS	R\$ 1.636,33
Auxiliar de Almoxarifado e Frota	40 HORAS	R\$ 1.636,33 *
Auxiliar de TARM	30 HORAS	R\$1.360,67
Auxiliar de TARM	36 HORAS	R\$1.634,40
Condutor (a) de Ambulância Socorrista	30 HORAS	R\$ 1.270,05
Condutor (a) de Ambulância Socorrista	36 HORAS	R\$ 1.524,60
Enfermeiro (a) Intervencionista	30 HORAS	R\$ 3.032,23
Enfermeiro (a) Intervencionista	36 HORAS	R\$ 3.639,60
Operador de Rádio	30 HORAS	R\$ 1.258,71
Operador de Rádio	36 HORAS	R\$ 1.512,00
Técnico (a) em Enfermagem Socorrista	30 HORAS	R\$ 1.360,67
Técnico (a) em Enfermagem Socorrista	36 HORAS	R\$ 1.634,40
Técnico em Informática	30 HORAS	R\$ 1.384,59
Zeladora	40 HORAS	R\$ 971,08

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REPOSIÇÃO SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2016 a 28/02/2017

Os salários em 01/03/2016 sofreram Reposição Salarial Negociada entre o Sindicato e CIUNP, no percentual de 10,35% (dez vírgula trinta e cinco por cento), considerando-se zeradas todas as perdas salariais.

Parágrafo Primeiro: Para os empregados admitidos a partir de 01/03/2016, os salários serão corrigidos levando em conta o mesmo índice de correção salarial ora pactuado no *caput* desta cláusula, respeitando-se o piso salarial da função.

Parágrafo segundo: As diferenças salariais decorrentes do reajuste retro concedido do período de 01/03/2015 serão pagas até novembro/2016.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros / Adicional de Horas-Extras

CLÁUSULA QUINTA - HORAS EXTRAS

As horas extras laboradas serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento). Serão remuneradas com o adicional de 100 % (cem por cento) SOMENTE as horas extras laboradas nos feriados Municipais, Estaduais e Federais.

Parágrafo Único. As horas extras, desde que habituais, deverão ser computadas no cálculo do 13º salário, férias e FGTS.

Adicional Noturno

CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO

O Adicional Noturno será pago com um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna, considerado como trabalho noturno o realizado entre as 22h00min e 05h00min, e sendo considerada como hora do período noturno 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos, conforme artigo 73, da CLT.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O adicional de insalubridade será pago após verificação pericial tendo como base de cálculo o salário mínimo nacional vigente ao mês. Conforme discriminado abaixo:

- 20% (vinte por cento), sobre o salário mínimo nacional vigente ao mês para os servidores públicos, nos seguintes cargos: Condutor de ambulância Socorrista, Enfermeiro Intervencionista e Técnico em Enfermagem Socorrista.

As diferenças decorrentes do reajuste concedido do período de 01/03/2016 serão pagas até novembro/2016.

Parágrafo único: O CIUENP se compromete a realizar novo laudo todos os anos, para verificação do grau de insalubridade de todas as funções, podendo ser alteradas as porcentagens de acordo com novo Laudo Pericial.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA OITAVA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A partir de março de 2016, fica alterado para todos os empregados ocupantes dos cargos de Técnico em Enfermagem Socorrista, Auxiliar de TARM, Enfermeiro Intervencionista, Auxiliares Administrativos, Auxiliar de Almoxarifado e Frota, Zelador, Operador de Rádio e Técnico em Informática, antecipadamente e mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente,



um Auxílio Alimentação a razão mínima de **R\$ 115,00 (cento e quinze reais)** fixos por mês.

Parágrafo Primeiro. Sendo integrante do Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme Decreto nº 05, artigo 06 de 14/01/91, seja qual for o valor da cesta de alimentos básicos, ticket refeição, vale mercado, cartão eletrônico ou vale compras, não terá natureza salarial, não incidindo sobre a mesma, quaisquer encargos sociais ou trabalhistas. Tal auxílio não será pago para funcionários em gozo de férias, licenças maternidade ou médica e nas rescisões de contrato, sendo considerado sempre o valor proporcional dos dias trabalhados.

Parágrafo Segundo. Uma vez constatada a falta injustificada ou qualquer tipo de licença, bem como rescisão do contrato nos termos da lei, será abatido o respectivo valor dos vales a serem fornecidos no mês seguinte, ou seja, será fornecido de forma proporcional.

Parágrafo Terceiro. O valor será fornecido na forma de dinheiro, no contracheque do funcionário.

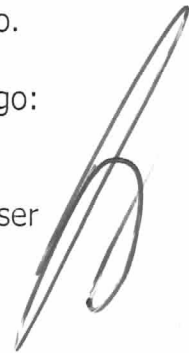
Auxílio Transporte

CLÁUSULA NONA - AUXÍLIO TRANSPORTE

A partir de 01 de março de 2016, fica alterado o valor do auxílio transporte para o percentual de **R\$ 0,30 (trinta centavos) por Km rodado** para os empregados públicos que forem deslocados para exercer suas atividades em Bases Descentralizadas, situadas em local diverso ao das sedes das Regionais de Saúde, sendo: Icaráma; Cafezal do Sul; Altônia; Cruzeiro do Oeste; Rondon; Nova Londrina; Terra Rica; Cruzeiro do Sul; Loanda; Barbosa Ferraz; Iretama; Terra Boa; Goioerê e Ubiratã, todas no Estado do Paraná, da seguinte forma (consulta de quilometragem realizada via Google Maps):

11ª REGIONAL DE SAÚDE DE CAMPO MOURÃO:

- **CAMPO MOURÃO a UBIRATÃ:** 205 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 61,50 (sessenta e um reais e cinquenta centavos) por plantão.
- **CAMPO MOURÃO a BARBOSA FERRAZ:** 144 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos) por plantão.
- **CAMPO MOURÃO a IRETAMA:** 128 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 38,40 (trinta e oito reais e quarenta centavos) por plantão.
- **CAMPO MOURÃO a TERRA BOA:** 100 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 30,00 (trinta reais) por plantão.



- **CAMPO MOURÃO a GOIOERÊ:** 150 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por plantão.

12ª REGIONAL DE SAÚDE DE UMUARAMA:

- **UMUARAMA a ICARAÍMA:** 169 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 50,70 (cinquenta reais e setenta centavos) por plantão.
- **UMUARAMA a CAFEZAL DO SUL:** 60 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 18,00 (dezoito reais) por plantão.
- **UMUARAMA a ALTONIA:** 178 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 53,40 (cinquenta e três reais e quarenta centavos) por plantão.
- **UMUARAMA a CRUZEIRO DO OESTE:** 61 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 18,30 (dezoito reais e trinta centavos) por plantão.

13ª REGIONAL DE SAÚDE DE CIANORTE:

- **CIANORTE a RONDON:** 78 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 23,40 (vinte e três reais e quarenta centavos) por plantão.

14ª REGIONAL DE SAÚDE DE PARANAÍ:

- **PARANAÍ a NOVA LONDRINA:** 154 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 46,20 (quarenta e seis reais e vinte centavos) por plantão.
- **PARANAÍ a TERRA RICA:** 128 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 38,40 (trinta e oito reais e quarenta centavos) por plantão.
- **PARANAÍ a LOANDA:** 167 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 50,10 (cinquenta reais e dez centavos) por plantão.
- **PARANAÍ a CRUZEIRO DO SUL:** 126 km (ida e volta), valor a ser pago: R\$ 37,80 (trinta e sete reais e oitenta centavos) por plantão.

Parágrafo Primeiro. Todo e qualquer auxílio transporte concedido terá caráter indenizatório, não se integrando ao salário para quaisquer efeitos legais ou trabalhistas;

Parágrafo Segundo. Os funcionários que trabalham nas Sedes das Regionais de Saúde, como Paranaíba, Umuarama, Cianorte e Campo Mourão, todas no Estado do Paraná, não farão jus ao recebimento do auxílio transporte, ao passo que, caso o funcionário queira perceber tal benefício, deverá fazer permuta com algum servidor que trabalha nas outras Bases Descentralizadas pertencentes a sua Regional de Saúde para a qual foi admitido;



Parágrafo Terceiro. Citado auxílio transporte será concedido e depositado em forma de dinheiro no seu contracheque, podendo ser utilizado unicamente e exclusivamente para despesas com locomoção e deslocamento;

Parágrafo Quarto. A liberação do auxílio transporte se dará após requerimento preenchido pelo servidor e comprovante de residência em nome do mesmo, cônjuge ou de seus pais, podendo ser também comprovado por contrato de aluguel ou declaração de moradia desde que reconhecido firma do proprietário do imóvel;

Parágrafo Quinto. A distância a ser indenizada ao funcionário após comprovação, se dará das Bases Sedes como Umuarama, Cianorte, Campo Mourão e Paranavaí, no Estado do Paraná, até a Base Descentralizada na qual o mesmo trabalha. No caso do funcionário morar próximo à Base, a indenização será contada da residência até o local de trabalho;

Parágrafo Sexto. Os funcionários que prestaram concurso público para as bases já previamente estipuladas em Edital de Concurso Público, não farão jus ao recebimento de Auxílio Transporte, ao fato de que os mesmos já sabiam antecipadamente onde seriam lotados.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGURO DE VIDA

SEGURO DE VIDA DAS AMBULÂNCIAS:

O Consórcio Público dispõe de seguro de vida para todas as ambulâncias pertencentes ao CIUNP, ao passo que qualquer pessoa que estiver dentro das mesmas na hora do fato gerador de acidente, fará jus aos seguintes valores:

Acidentes com óbito, por passageiro - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Invalidez permanente - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Despesas hospitalares - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo Primeiro. O CIUNP fornecerá uma cópia anualmente da apólice do seguro em vida em grupo ao Sindicato obreiro.

Parágrafo Segundo. Os funcionários farão jus ao recebimento do seguro de vida se estiverem dentro da ambulância, haja vista que os citados seguros são para as mesmas. Se o funcionário sofrer qualquer acidente no trajeto ou fora da ambulância, não perceberá qualquer valor a título de seguro de vida.

SEGURO DE VIDA COLETIVO DE PESSOAS:



O Consórcio Público dispõe de seguro de vida para todos os funcionários pertencentes ao CIUENP, ao passo que qualquer pessoa fará jus as seguintes porcentagens sobre o capital segurado de R\$ 30.000,00 (trinta mil) reais, sendo:

Morte: Garante ao Beneficiário o pagamento de indenização correspondente a 100% do Capital segurado no caso de morte por causas naturais ou acidentais.

Morte acidental: Garante ao Beneficiário o pagamento de indenização correspondente a 100% ou mais do capital segurado no caso de morte do segurado por causa exclusivamente acidental.

Invalidez Permanente por acidente: Garante ao segurado o pagamento de uma indenização de até 100% do capital segurado relativa à perda a redução ou a impotência funcional definitiva total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto de acordo com os percentuais previstos.

Auxilio Funeral: Garante ao Beneficiário única e tão somente o reembolso das despesas com o funeral do segurado, seu cônjuge/companheiro e/ou filho e /ou enteado e/ou menor(ES) considerados dependentes econômicos do Segurado de forma automática. (cabe ao Beneficiário ou outra pessoa responsável providencias relativas ao funeral e assim serem reembolsados)

Parágrafo Único: O seguro de vida pessoal somente começará a ter validade após a assinatura dos devidos documentos pela empresa vencedora do processo, ao fato de que, qualquer indenização citada acima somente passará a valer após a oficialização da empresa que vencer o certame.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO

Toda e qualquer homologação de Rescisão de Contrato de Trabalho superior a 01 (um) ano, deverá ser feita na sede da entidade sindical profissional respectiva.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Adaptação de função

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Será garantido ao empregado que OPTAR por substituir outro profissional em período de férias, licença maternidade, atestados médicos e odontológicos, licença eleitoral ou licenças diversas para a mesma função de outro, cujo Contrato de Trabalho tenha sido rescindido ou suspenso sob qualquer condição, os seguintes valores por plantão conforme cargos e valores discriminados abaixo:



CARGO	PLANTÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALOR DO PLANTÃO R\$
Auxiliar de TARM	12H	30 e 36 HORAS	R\$ 136,07
Condutor (a) de Ambulância Socorrista	12H	30 e 36 HORAS	R\$ 127,01
Enfermeiro (a) Intervencionista	12H	30 e 36 HORAS	R\$ 303,23
Operador de Rádio	12H	30 e 36 HORAS	R\$ 125,88
Técnico (a) em Enfermagem Socorrista	12H	30 e 36 HORAS	R\$ 136,07

Parágrafo Primeiro: Os plantões citados acima foram reajustados a partir de 01 de março de 2016, no percentual de 10,35% (dez vírgula trinta e cinco por cento), com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – IBGE;

Parágrafo Segundo: Os funcionários que realizarem as substituições em plantão noturno, perceberão adicional no valor de 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna, considerado como trabalho noturno o realizado entre as 22h00min e 05h00min, e sendo considerada como hora do período noturno 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos, conforme artigo 73, da CLT;

Parágrafo Terceiro: Os plantões, desde que habituais, deverão ser computados no cálculo do 13º salário, férias e FGTS.

Parágrafo Quarto: Havendo qualquer alteração na carga horária diária o valor do plantão será proporcionalmente reduzido as horas efetivamente trabalhadas.

Outras normas de Pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LISTAGEM DOS EMPREGADOS

A empresa fornecerá mensalmente ao Sindicato a listagem dos empregados sindicalizados, onde conste o nome, o cargo ou função e o valor descontado a título mensalidade sindical e contribuição assistencial.

Parágrafo Único: Caso não haja nenhum empregado sindicalizado na área de abrangência do Sindicato, fica dispensado o envio da listagem.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

Considera-se a carga horária semanal dos Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de TARM, Condutor, Enfermeiros Intervencionistas e Operadores de Rádio de 30 (trinta) e 36 (trinta e seis) horas semanais, bem como a necessidade de que o serviço funcione de modo ininterrupto. Assim, convencionam as partes o estabelecimento de jornada de trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento, da seguinte forma:

a) Jornadas de 12x60 horas (doze horas de trabalho seguidas de sessenta horas de descanso), sendo 30 (trinta) horas semanais e 150 (cento e cinquenta) horas mensais;

b) Jornadas de 12x36 horas (doze horas de trabalho seguidas de trinta e seis horas de descanso), sendo 36 (trinta e seis) horas semanais e 180 (cento e oitenta) horas mensais.

Parágrafo Primeiro. Fica estabelecido expressamente que as jornadas de trabalho de 12x60 (doze horas de trabalho seguidas de sessenta horas de descanso) e 12x36 (doze horas de trabalho seguidas de trinta e seis horas de descanso) representam real e efetivo interesse das partes signatárias, ficando ainda disposto que a realização do trabalho conforme as duas primeiras jornadas acima descritas não gera qualquer direito à percepção de horas extras;

Parágrafo Segundo. Considerando-se a peculiaridade do regime 12x60 (doze horas de trabalho seguidas de sessenta horas de descanso) e 12x36 (doze horas de trabalho seguidas de trinta e seis horas de descanso), os domingos laborados já estão automaticamente compensados, não devendo ser pagos em dobro;

Parágrafo Terceiro: Somente poderá realizar escalas diferentes das citadas acima, no caso de substituição a um funcionário que se encontra de licença, férias ou tenha qualquer imprevisto para chegar ao seu local de trabalho, ou mesmo em face de determinação da Justiça do Trabalho, juntamente com seus órgãos fiscalizadores;

Parágrafo Quarto: Fica certo e determinado à proibição de abandono de Plantão por qualquer profissional pertence ao CIUENP. A saída do profissional do turno de trabalho sem a ciência ou consentimento da Regulação Médica, chefia e/ou não comparecer para a escala determinada sem comunicação ou justificativa à Chefia de Enfermagem ou Coordenação de Frota, serão tratados por meio de instauração de um processo administrativo de sindicância;

Parágrafo Quinto: Fica o empregador autorizado, a qualquer momento, a rever as escalas de trabalho de seus funcionários sempre que se fizer necessário, de acordo com as limitações previstas e impostas na legislação trabalhista pátria.

Férias e Licenças / Licença Maternidade

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - LICENÇA MATERNIDADE

O período da Licença Maternidade será de 120 (cento e vinte) dias, conforme artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, tendo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para enviar ao Setor de Recursos Humanos do CIUENP o



atestado de licença maternidade, registro de nascimento e a Carteira de Vacinação.

Saúde e Segurança do Trabalhador / Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VESTIÁRIO

O Consórcio Público deverá conceder vestiários completo masculino e feminino, com chuveiros, para cada Base Descentralizada, a fim de serem utilizados pelos servidores.

Parágrafo único. A responsabilidade e a manutenção das Bases Descentralizadas do SAMU - 192 fica a cargo do Município onde a mesma se encontra.

Uniformes

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - UNIFORMES

O Consórcio Público deverá fornecer gratuitamente os uniformes necessários, com refletivos à execução dos serviços, na quantidade mínima de 01 (uma) calça, 01 (uma) gandola, 01 (uma) camiseta, 01 (um) boné, 01 (uma) bota ou 01 (um) macacão, por ano, de acordo com as necessidades do caso concreto, para os trabalhadores que laboram no atendimento de Urgência e Emergência do SAMU 192 – Noroeste do Paraná.

Parágrafo Primeiro. A gandola e a calça poderão ser substituídas por macacão de acordo com a administração do CIUENP;

Parágrafo Segundo. As botas apenas serão substituídas após verificação da necessidade por parte da Administração do CIUENP;

Parágrafo Terceiro. Funcionário que fizer atendimento sem o devido uso de EPI – Equipamento de Proteção Individual, tais como gandola, calça, macacão e bota serão devidamente advertidos pela Coordenação que lhe pertencer.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS

Os atestados médicos são válidos para justificar a ausência ao trabalho e serão fornecidos pela rede oficial de profissional devidamente habilitado, sempre ressaltando que em tal atestado deverá obrigatoriamente constar no número do CID da doença.

Os atestados médicos deverão ser enviados via e-mail no dia do ocorrido, para o endereço eletrônico rh@samunoroestepr.com.br.



Para entrega do atestado original, deverá ser considerado 72 (setenta e duas) horas após a emissão do mesmo, podendo ser entregue pessoalmente na sede do CIUENP e/ou aos Coordenadores imediatos das regionais sedes de Umuarama, Cianorte, Campo Mourão e Paranavaí, no Estado do Paraná, sendo certo que após esta data, o mesmo não será mais aceito pela administração do CIUENP.

Parágrafo Primeiro. Em casos de consultas eletivas, não será abonada a falta, tendo o trabalhador a possibilidade de comunicar ao CIUENP para realizar a troca de eventual plantão, isto dentro do prazo de 10 (dez) dias, ressalvadas as situações envolvendo gestantes;

Parágrafo Segundo: Somente serão aceitos atestados médicos de acompanhante de dependente se for filho (a), que tenha no máximo 14 (quatorze) anos de idade. Ainda, o servidor deverá comprovar que não tem outra pessoa disponível para cuidar da criança neste dia. Tais ocorrências deverão limitar-se a máximo de 03 (três) por mês, salvo necessidade justificável.

Parágrafo Terceiro: O funcionário que estiver incapacitado para exercer suas funções no CIUENP, através de atestados médicos devidamente fornecidos por profissional capacitado, não poderá trabalhar em outra empresa, sendo considerado este ato como passível de demissão por justa causa, mediante instauração de necessário Processo Administrativo Disciplinar;

Parágrafo Quarto: O Funcionário que estiver de atestado médico ou licença médica e ficar postando fotos em redes sociais sobre festas, viagens, dentre outras ocasiões do gênero, poderá ter o benefício cancelado junto ao INSS, sendo convocado para o retorno imediato às suas funções, além de possibilitar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Relações Sindicais / Contribuições Sindicais

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

O CIUENP recolherá a Contribuição Sindical, aos respectivos sindicatos, respeitando a base territorial, na forma da legislação vigente, no mês de março, conforme preceitua o Art. 580, inciso I, da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas efetuarão descontos, em folha de pagamento, a título de mensalidade sindical, na forma do artigo 545 da CLT, devendo recolhê-las até o dia 10 (dez) de cada mês, diretamente na conta do sindicato ou em banco autorizado, em guias especiais ou recibos, a serem fornecidos pela entidade obreira.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Nos termos do artigo 513, alínea "e", da Consolidação das Leis do Trabalho e segundo entendimento manifesto do Supremo Tribunal Federal, as empresas poderão realizar descontos nos salários de seus empregados, mensalmente dos valores por eles fixados, respeitados os termos ajustados com o Ministério Público do Trabalho da 9ª Região, através dos Termos de Ajuste de Conduta – TAC, firmados nos dias 21/11/2003 e 07/04/2008, bem como a Ordem de Serviço n. 1, de 24 de março de 2009.

Parágrafo Primeiro: Segundo deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do SEESSU, se procederá ao desconto mensalmente no importe de 1% (um por cento) sobre o salário base do trabalhador sindicalizado;

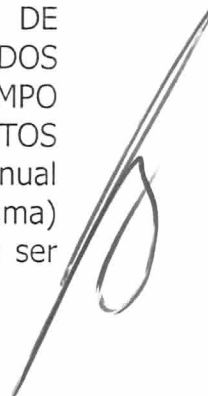
Parágrafo Segundo. As empresas, ao efetuarem o pagamento da contribuição sindical, encaminharão a listagem constando nome do funcionário sindicalizado, valor descontado, juntamente com cópia do pagamento ao sindicato obreiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TAXA DE REVERSÃO SALARIAL – EXERCÍCIO 2016/2017

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da categoria profissional de saúde, para a qual todos os integrantes foram formalmente convocados, restou AUTORIZADA a cobrança da taxa de contribuição assistencial - REVERSÃO SALARIAL, de todos os integrantes da categoria, em favor dos seguintes Sindicatos: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE UMUARAMA E REGIÃO - SEESSU, SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPO MOURÃO E REGIÃO e SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE PARANAÍ E REGIÃO – SINDESP, independentemente de filiação ou não dos empregados e considerando a condição destes serem representados pelos sindicatos acima elencados.

Os descontos da verba ora prevista se faz no estrito interesse da categoria profissional, e se destina a financiar a atividade sindical desenvolvida, principalmente aquelas atividades voltadas para a assistência aos membros da categoria e viabilização das negociações coletivas.

Na forma da lei, haverá Taxa de Reversão Assistencial, em favor dos seguintes Sindicatos: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE UMUARAMA E REGIÃO - SEESSU, SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPO MOURÃO E REGIÃO e SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE PARANAÍ E REGIÃO – SINDESP, no valor anual de R\$ 30,00 (trinta reais), descontado dos salários dos funcionários 01 (uma) parcelas de R\$ 30,00 (trinta), no mês de março de 2017, e que deverão ser recolhidas até o dia 10/04/2017.



Os empregados terão o direito de se opor ao desconto, podendo exercer este direito de oposição no prazo de 30 (trinta) dias anteriores ao vencimento de cada reversão, mediante manifestação escrita e dirigida diretamente ao Sindicato Profissional.

O inadimplemento desta cláusula, no percentual e prazo previstos, sujeitará o infrator às penalidades previstas no art. 600, da CLT. Referidas contribuições, respeitadas as disposições legais e constitucionais sobre a matéria (especialmente o art. 513, letra e da CLT e art. 8º, inciso IV da Constituição Federal), foram estabelecidas nos termos das Atas das Assembleias, que se encontram na sede do Sindicato Profissional.

*O empregado que optar pelo desconto mensal da Contribuição Assistencial fica dispensado da presente contribuição.

Multas de Trânsito

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– DANOS E PERDAS CAUSADAS AO CIUENP

O pagamento das multas advindas de infrações de trânsito cometidas por funcionários públicos, no exercício de suas funções, quando da condução de veículos de propriedade ou pertencentes ao CIUENP, é de inteira responsabilidade do Consórcio Público, ao qual também compete adotar todas as medidas necessárias visando o regresso ou ressarcimento da despesa tida ao erário, gerada pelo responsável do cometimento da infração de trânsito.

Parágrafo Primeiro. A Coordenadoria de Almojarifado e Frota do CIUENP tem a responsabilidade de comunicar e encaminhar os Autos de Infração ao condutor responsável pelo cometimento da infração de trânsito, para que este se identifique como infrator, e, querendo apresente a facultativa Defesa Prévia, bem como posterior recurso perante à Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI);

Parágrafo Segundo. O condutor infrator ou funcionário público do CIUENP que dispensar a Defesa Prévia e assumir diretamente a responsabilidade pela infração de trânsito cometida, deverá efetuar o ressarcimento do valor da multa anteriormente paga pelo Consórcio Público, através de pagamento em parcela única ou parceladamente, mediante instrumento legal cabível;

Parágrafo Terceiro. O pagamento da multa de trânsito parceladamente poderá ser efetuado da seguinte maneira:

a) Em no máximo 03 (três) vezes, se o valor da multa for de até R\$ 200,00 (duzentos reais);



b) Em até 05 (cinco) vezes, se o valor da multa for maior do que o montante descrito alhures.

Parágrafo Quarto. Devem ser obrigatoriamente seguidos os seguintes procedimentos, em caso de parcelamento:

O condutor infrator fica responsável pelo reembolso ao CIUENP do valor da multa de trânsito, anteriormente quitada por este último, ficando autorizado o desconto mensal do parcelamento em sua folha de pagamento, sempre respeitando o valor limite para desconto de acordo com a legislação municipal, bem como o salário percebido pelo mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – HORÁRIO DE DESCANSO

Fica concedido, 01 (uma) hora de descanso para os Auxiliares de TARM e Operadores de Rádio que laboram durante o plantão diurno e noturno. O devido descanso deverá obrigatoriamente ser registrado em ponto biométrico disponibilizado pelo consorcio.

Parágrafo único. Os demais funcionários pertencentes a intervenção, poderão realizar seu descanso intrajornada a qualquer momento durante o plantão, sem horário pré-estabelecido, tendo em vista a particularidade do serviço, porém o horário de intrajornada escolhida pela equipe, deverá obrigatoriamente ser registrado em relógio ponto, mesmo que de forma fracionada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – TROCAS DE PLANTÃO

Fica estabelecido que as trocas de plantão entre integrantes das equipes estarão limitadas a no máximo 03 (três) eventos unitários por mês – 03 (três) plantões, para serem compensados no mesmo mês de ocorrência, vedadas compensações em meses subsequentes.

Parágrafo Primeiro: Tais trocas serão registradas em formulários próprios, de preenchimento obrigatório para cada ocorrência, com conhecimento e assinatura do Coordenador responsável.

Parágrafo Segundo: O funcionário que atuar em trocas de plantão, seja por seu interesse OU interesse de seus colegas fica IMPEDIDO de ultrapassar a quantidade máxima de eventos aqui determinada, sob risco de sanções administrativas a cargo do consórcio. Veda-se dessa forma a realização de "trocas cruzadas".

Parágrafo Terceiro: Fica autorizada a troca de 05 (cinco) plantões por mês, isto para os funcionários que estejam devidamente matriculados em cursos de enfermagem, técnico de enfermagem, socorrista ou cursos afins, com o objetivo de incentivar os funcionários para qualificação e seu crescimento profissional. O mesmo deverá apresentar para o setor de recursos humanos



grade curricular, bem como frequência, datas e horários de realização dos citados cursos/estágios;

Parágrafo Quarto. Enfatiza-se ser terminantemente PROIBIDO "terceirizar" plantões, AINDA QUE SEJA entre integrantes das equipes do CIUENP;

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RECONHECIMENTO DA AUTONOMIA PRIVADA COLETIVA

O CIUENP reconhece nos sindicatos obreiros, competência não só para firmar o presente, mas também para atuar na qualidade de substituto processual em favor dos empregados, pelo inadimplemento de qualquer cláusula prevista no presente instrumento normativa.


Disposições Gerais / Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA –MULTA CONVENCIONAL

Fica estabelecida multa convencional pelo descumprimento de quaisquer cláusulas da CCT, no importe de um salário mínimo nacional, vedada pelo a cumulação pelo descumprimento de mais de uma cláusula.

Parágrafo único: Em se tratando o descumprimento de cláusula não afeita diretamente aos contratos de trabalho, aplicar-se-á multa no importe de 50% do salário mínimo nacional.

Paraná, 14 de outubro de 2016.


SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE UMUARAMA E REGIÃO - SEESSU, CNPJ n. 79.868.048/0001-76, neste ato representado (a) por sua Presidente, Sr(a). Maria Luiza Dosso Martins;


SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPO MOURÃO E REGIÃO, CNPJ n. 80.888.845/0001-02, neste ato representado (a) por sua Presidente, Sr(a). Izaira Ribeiro;





Raquel Prestes de Mello

**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE
DE PARANAVÁ E REGIÃO – SINDESP**, CNPJ 77.934.966/0001-20, neste ato
representado (a) por sua Presidente, Sr (a). Raquel Prestes de Mello;

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIA E EMERGENCIA DO
NOROESTE DO PARANÁ – CIUENP**, CNPJ nº 15.718.459/0001-00, neste ato
representado por seu Presidente Sr. Moacir Silva;

Moacir Silva